



Capital social e tipologia de redes: análise comparativa entre duas cooperativas agrícolas em territórios rurais diferenciados no estado de Goiás¹

Monyele Camargo Graciano²

Leandro De Lima Santos³

Denise Paiva Ferreira⁴

Luiz Manoel De Moraes Camargo Almeida⁵

RESUMO: Este trabalho busca compreender como as relações entre indivíduos estimula as ações e se solidificam em organizações sociais. Esta pesquisa parte da hipótese de que elementos de capital social podem exercer influência sobre a formação, estrutura e a tipologia das redes sociais. Nesse sentido, a pesquisa se vale de uma análise comparativa entre duas cooperativas agrícolas (redes), nos municípios de Itapuranga e Silvânia, inseridos, respectivamente, em territórios rurais diferenciados no estado de Goiás. Inicialmente, tem-se uma análise da estrutura das redes sociais formadas historicamente entre os atores envolvidos em cada localidade, que consistiu no desenho e na caracterização da rede formada pelos indivíduos e pelos arranjos cooperativos ou associativos. O contorno metodológico partiu de uma pesquisa de campo na qual foram feitas entrevistas com os atores sociais (cooperados e gestores das cooperativas) a fim de verificar como os elementos de capital social influenciaram na formação da rede representada pela cooperativa. Resumidamente, os resultados encontrados em Silvânia e Itapuranga permitem inferir que os elementos de capital social criaram perfis diferenciados de atores sociais tanto em relação ao seu envolvimento com o arranjo institucional (cooperativa) quanto na formação, estruturação e tipologia das redes analisadas.

PALAVRAS-CHAVE: Capital Social. Redes Sociais. Cooperativas Agrícolas. Rede de Compromisso Social. Rede de Mercado.

SOCIAL CAPITAL AND NETWORK TYPOLOGY: COMPARATIVE ANALYSIS BETWEEN TWO AGRICULTURAL COOPERATIVES IN DIFFERENT RURAL TERRITORIES IN THE STATE OF GOIÁS

ABSTRACT: This work seeks to understand how relationships between individuals stimulates actions and solidifies in social organizations. This research is based on the hypothesis that elements of social capital can influence the formation, structure and typology of social networks. In this sense, the research uses a comparative analysis between two agricultural cooperatives (networks), in the municipalities of Itapuranga and Silvânia, inserted, respectively, in differentiated rural territories in the state of Goiás. Initially, an analysis of the network structure social relations formed historically among the actors involved in each locality, which consisted in the design and characterization of the network formed by individuals and by cooperative or associative arrangements. The methodological outline was based on a field survey in which interviews were made with social actors (cooperatives and cooperative managers) in order to verify how the elements of social capital influenced the formation of the network represented by the cooperative. In summary, the results found in Silvânia and Itapuranga allow us to infer that social capital elements have created different

¹Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG).

²Doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal de São Carlos, mestre em Agronegócio pela Universidade Federal de Goiás - UFG E-mail: monyelecamargo@gmail.com

³Professor Adjunto da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. E-mail: leandro.econ@gmail.com

⁴Professora titular da Universidade Federal de Goiás. E-mail: denisepaivafufg@gmail.com

⁵Professor na Universidade Federal de São Carlos. E-mail: manoel77@yahoo.com.br

profiles of social actors, both in relation to their involvement with the institutional arrangement (cooperative) and in the formation, structuring and typology of the analyzed networks.

KEYWORDS: Share capital. Agricultural Cooperatives. Social Networks. Social Commitment Network. Market Network.

INTRODUÇÃO

A utilização do termo capital social é algo relativamente novo e bastante difundido nas últimas décadas nas mais diversas ramificações das ciências sociais, em diferentes vertentes teóricas, aceções e abordagens metodológicas. A apropriação do termo pela academia deu-se recentemente, a partir de 1980, por sua adoção nas ciências sociais, que acabam por reivindicar seu entendimento mais aprofundado. Putnam (1996) aponta o conceito de capital social amparado na confiança, em normas e redes que podem facilitar a cooperação para benefícios mútuos entre os indivíduos. Aquelas características, em um conjunto de relacionamentos (redes), são recursos sociais expressos em formas de ação coletiva. Nessa perspectiva, o capital social não é propriamente a ação coletiva, mas essencialmente as normas e outorgas de confiança e reciprocidade que se encontram nas redes sociais.

O estudo da formação de redes sociais tem como foco a percepção de sua influência na vida das pessoas e a possibilidade de organizar métodos que avaliem essa influência. A análise de redes permite ao pesquisador um olhar mais preciso na composição e estrutura das relações sociais, proporcionando, assim, um aprofundamento na questão da formação do capital social.

Neste trabalho, a utilização do conceito de redes tem como propósito compreender as relações entre indivíduos e/ou organizações, buscando-se, neste caso, o entendimento da forma como os indivíduos se conectam e o funcionamento das relações que estabelecem, especificamente a percepção de como o relacionamento estimula as ações e se solidifica em organizações sociais.

Em suma, pode-se afirmar que a existência de elementos anteriores de capital social influencia a realização de ações coletivas no presente. Diante disso a problemática deste estudo reside na seguinte indagação: elementos de capital social exercem influência sobre a formação, a estrutura e a tipologia das redes sociais?

À vista disso o objetivo central do trabalho é identificar e compreender a formação, estrutura e tipologia das redes sociais formadas em cada localidade, a partir das heranças do enlace histórico, social e político presentes em cada recorte territorial analisado.

Para tanto, o contorno metodológico partiu de uma pesquisa bibliográfica, na qual fez-se o levantamento do referencial teórico, posteriormente, houve a pesquisa de campo, que consistiu na realização de entrevistas com os cooperados agrícolas (atores da rede) em dois municípios distintos localizados em territórios rurais⁵ diferenciados no estado de Goiás. A definição das amostras de cada grupo em questão foi feita em um processo não probabilístico, a considerar, no caso dos agricultores, alguns fatores de conveniência, em Itapuranga foram entrevistados 28 cooperados e em Silvânia 22, totalizando 50 entrevistas realizadas.

CAPITAL SOCIAL E REDES: ASPECTOS TEÓRICOS E TIPOLOGIA

De antemão, informa-se que capital social, expressa a capacidade organizacional de uma sociedade a partir de relações interpessoais de confiança e cooperação. Neste sentido, as duas últimas vertentes de percepção do capital – humano e social – são basicamente as faces provedoras do desenvolvimento dos países, por conter elementos decisivos para o avanço tecnológico, a competitividade e o crescimento sustentável, amparados por sólidas instituições governamentais democráticas (KLIKSBERG, 1999).

As primeiras manifestações do termo unificado em uma única expressão se consolidaram a partir da década de 1990 e dentre seus percursos se encontram Bourdieu (1998), Coleman (1988) e Putnam (1996), que publicaram estudos sobre o tema.

Em seus trabalhos Bourdieu (1998), fez uma análise sistemática e pioneira sobre o capital social, afirmando que sua origem se dá por meio do resultado das interações contínuas em um grupo, nesse sentido, os indivíduos estão inseridos em uma grande teia de relações sociais, tendo a possibilidade de beneficiar-se de suas posições ou, ainda, influenciar outros agentes. Essa discussão é ampliada no contexto das relações hierárquicas ou nas condições de poder distribuídas entre os indivíduos.

Nessa perspectiva o capital social é o conjunto de recursos reais ou potenciais, ligados a um cenário no qual se possui uma rede durável de relações sociais mais ou menos institucionalizadas, em outras palavras, a participação em um grupo, como um conjunto de agentes que não são apenas propriedades comuns, mas também unidos por ligações permanentes e úteis, tais ligações não são redutíveis as relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou mesmo no espaço econômico e social, são baseadas em trocas materiais e simbólicas.

Outra percepção é encontrada nos estudos de Coleman (1988), para quem

⁵A caracterização geral da denominação “Território Rural”, segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, tem por base as microrregiões geográficas com densidade demográfica menor que 80 hab/km², população média por município de até 50.000 habitantes e grande concentração de agricultores familiares (MDA, s/d).

o capital é formado tanto pelo indivíduo quanto coletivamente. O primeiro tem a ver com o grau de integração social de um indivíduo e suas redes sociais e envolve relações, expectativas, comportamentos recíprocos e de confiança, e isso torna um bem coletivo. Em determinada vizinhança, por exemplo, na qual existem regras tácitas que envolvem a preocupação com os outros, bem como pactos de não agressão⁶, as crianças podem caminhar até a escola com segurança e, neste caso específico, a partir de ações individuais, o capital social produzirá paz (KLIKSBERG, 1999).

No plano da coletividade, o indivíduo, a partir de suas ações e capacidades, forma uma rede de contatos, e, sobretudo, estabelece confiança e vínculos que melhoram sua capacidade individual de satisfazer suas necessidades (como alimentação, transporte, segurança).

Já nos estudos de Robert Putnam, o capital social está intimamente relacionado com a “virtude cívica”. Desta forma, a existência de capital social chama a atenção para o fato de que a virtude cívica é mais poderosa quando incorporada em rede de relações sociais recíprocas. A título de exemplo, a sociedade pode ser composta de muitas pessoas virtuosas, mas, isoladamente, elas não necessariamente são ricas em capital social.

Putnam, em sua obra *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna* (1996) analisou empiricamente, durante aproximadamente duas décadas, a partir de 1970, o processo de descentralização do governo naquele país, enfocando as características do desempenho institucional de governos descentralizados em diversas regiões por meio de um estudo comparativo.

Os resultados mostraram que em certas regiões italianas havia um maior enlaçamento civil e benefícios gerados a partir dele, observados na governabilidade sustentada democraticamente e na promoção de desenvolvimento econômico. Um cenário diverso foi encontrado em outras regiões, por haver uma política com estruturas verticalizadas, desconexão e isolamento acentuado entre as pessoas, sendo percebidas atitudes condicionadas pela desconfiança entre os atores.

A aproximação deste trabalho à perspectiva de Putnam reside no entendimento do capital social como um conjunto de características da organização social que fomenta ações coletivas coordenadas. Sob esta égide, o autor sustenta que o capital social promove cooperação social e esta, por sua vez, afeta a performance das instituições. Em seus estudos contrapondo diferentes contextos italianos, Putnam conclui que o capital social é fator essencialmente explicativo do civismo e o relaciona ao bom desempenho institucional, representado nos resultados de uma política pública, por exemplo.

Especificamente, ao fazer uma análise a partir das relações sociais, tem-se o

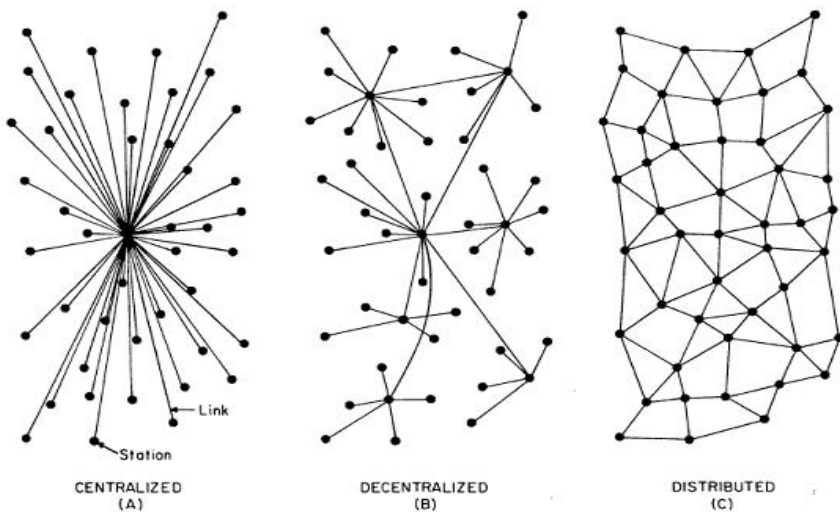
⁶Inspiração contratualista do termo.

conceito de rede presente nos estudos de Granovetter (1985), que a define como um conjunto regular de contatos ou conexões similares entre indivíduos ou grupos geralmente associado à ideia de uma estrutura. Na perspectiva de Granovetter, nenhum fenômeno social é passível de análise sem a devida consideração de sua imersão em redes de relações sociais (SCHMITT, 2011).

Para Granovetter (1973), as redes podem ser analisadas em seu aspecto estrutural ou, ainda, em seu aspecto relacional, tendo o primeiro enfoque na posição dos atores em relação aos outros; o segundo refere-se à dependência do comportamento dos indivíduos, baseada em mútuas expectativas.

Os atores são o fundamento de uma rede e podem estar conectados de forma direta ou indireta. O conhecimento da estrutura de uma rede torna-se essencial para o entendimento do comportamento dos atores, ou seja, das ações imediatamente influenciadas pelas conexões com outros atores ou grupos. A seguir, uma demonstração das estruturas de rede mais comuns na perspectiva de Paul Baran (1964) (Figura 1).

Figura 1- Estruturas de rede – exemplos de disposição de rede centralizada, descentralizada e distribuída.



Fonte: Paul Baran (1964).

Na figura 1 são mostradas estruturas de rede a partir do arranjo de seus atores sob três formas básicas: centralizada, descentralizada e distribuída. A estrutura de sistema centralizada (A) pressupõe a existência de posição diferenciada de um ator que coordena o funcionamento das unidades individuais, ou seja, o fluxo de

informações e comando se dá a partir de um único centro. Neste modelo existe uma hierarquia que torna os indivíduos dependentes do ator que está ao centro. Ademais, observa-se a existência de condicionamentos nos quais cada um deles é obrigado a se reportar ao controlador.

A segunda estrutura (B) em rede apresentada é a descentralizada, na qual existem camadas intermediárias de contato entre o ator central e os demais atores. Este arranjo pode ser observado, por exemplo, em projetos governamentais que sugerem uma administração local de uma política pública. Neste caso, os integrantes se reportam ao intermediário, que representa o ator individual junto a um terceiro, que está no centro da estrutura.

Fialho et al. (2013) afirmam que, nesse arranjo, existem atores em desvantagem estrutural em relação a outros, haja vista a necessidade de se reportar ao segundo, que, por sua vez, se reporta ao terceiro, e assim sucessivamente, pode também ser identificada como “rede linha”.

O terceiro arranjo (C) sugere um cenário onde não há dependência de um centro comum, ou seja, existe um parâmetro de igualdade baseado na cooperação, pois as conexões se dão no âmbito horizontal de relacionamento. Neste sistema os atores são soberanos para se organizar e trabalhar em conjunto sem se reportarem a um ator coordenador.

A consolidação do capital social acontece a partir de um processo histórico e cultural ligado à existência de confiança e reciprocidade, que, por sua vez, pode ser oriunda de costumes e valores de uma sociedade. Desse modo, o indivíduo, inserido em uma rede social, tem suas funções influenciadas por suas heranças da solidariedade mecânica, anteriores à sua função neste momento.

Para Corrales (apud FIALHO et al., 2013), existem elementos “chave” para a compreensão das redes sociais, dentre eles destacam-se: a) interesses comuns - existência de mutualidade é condição fundamental para a formação das redes; b) intercâmbio de recursos - o contato direto e a proximidade entre os atores estimula o desenvolvimento de relações de confiança, a partir das quais são desenvolvidas estratégias de cooperação; e c) compromisso - o envolvimento/comprometimento dos atores na realização de objetivos comuns ou, também, de um conjunto de atividades. Inojosa (1999) afirma que as redes podem variar, ainda, quanto ao foco de atuação, sob quais relações podem ser concebidas entre os participantes. Exemplifica-se com a identificação de dois tipos de redes, comumente observáveis segundo seus objetivos: **Redes de Mercado:** São redes articuladas em função da produção e/ou apropriação de bens e serviços. Visam a complementaridade ou a potencialização dos parceiros face ao mercado. As relações são perpassadas pelos interesses do mercado e podem oscilar entre cooperação e competição; **Redes de Compromisso Social:** São redes que têm como foco questões sociais. Visam

complementar a ação do Estado ou suprir sua ausência no equacionamento de problemas sociais complexos e que põem em risco o equilíbrio social. As relações nascem e se nutrem de uma visão comum sobre a sociedade ou sobre determinada questão social e da necessidade de uma ação solidária. Ensejam demandas estratégicas de mobilização constante das parcerias e de reedição.

A rede de mercado possui uma finalidade claramente definida: proporcionar acesso a bens ou serviços aos seus integrantes, ou seja, visa proporcionar aos participantes condições mais favoráveis de compra e venda de produtos inerentes a suas atividades.

Por sua vez, em uma rede de compromisso social existe a percepção mais abrangente da vida social, para além do lucro como solução dos problemas individuais, assim o estímulo à formação de uma rede de compromisso social é a existência de um objetivo comum, como distribuição de renda, de terra ou melhores condições de trabalho. Obviamente que o ganho econômico se coloca como resultado do sucesso desses objetivos, mas não ocorre explicitamente no campo individual de ação como na rede de mercado.

Essa disposição pode ser alinhada à ideia de Durkheim (1999), para quem a forma como são dispostas as funções individuais advém da fiel maneira com que a sociedade se organiza e como articula a divisão do trabalho social. As diversas ramificações de agrupamentos sociais são unidas por afinidades que lhe são peculiares e as fazem especiais. Aos poucos, tem-se a gradual extinção do mecanicismo que coage e anula as potencialidades individuais, pelo reconhecimento da nova função do indivíduo no corpo da sociedade, tornando-se, dessa forma, órgão necessário e fundamental à sua sustentação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O SURGIMENTO DA COOPERATIVA DE AGRICULTURA FAMILIAR DE ITAPURANGA (COOPERAFI)

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2010), o Território Vale do Rio Vermelho abrange uma área de 12.040,50 km², que corresponde a 3,68% da área total do estado, e é composto por dezesseis municípios⁷. A população atual do território é de 156.393 habitantes, e, destes, 33.059 (21,14%) residem na zona rural. Quanto à caracterização das propriedades rurais dos municípios do território, contata-se que elas são, em sua maioria, pequenas propriedades, com elevado número de produtores familiares. Salienta-se que municípios de grande extensão territorial, como Heitorai, Goiás, Itaberaí e Itapirapuã apresentam as maiores pro-

⁸Os municípios que integram o Território Rural Vale do Rio Vermelho são: Buriti de Goiás, Carmo do Rio Verde, Córrego do Ouro, Goiás, Guaraíta, Heitorai, Itaberaí, Itaguari, Itaguaru, Itapirapuã, Itapuranga, Morro Agudo de Goiás, Mossâmedes, Sanclerlândia, Taquaral de Goiás e Uruana.

priedades (MDA, 2010).

O território tem sua economia baseada majoritariamente na agropecuária, com destaque para a produção de arroz, feijão, milho e mandioca. As culturas de soja e cana-de-açúcar estão em ascensão no território e a fruticultura assume posição relevante dentre as alternativas para a agricultura familiar, haja visto o favorecimento pelo clima das regiões que o envolvem.

Este trabalho adota como parte de seu universo empírico o município de Itapuranga, criado na década de 1950 a partir do Povoado de Xixá, que surgiu por volta de 1932, a partir de uma pedra fundamental erigida para a construção da Capela de São Sebastião, ainda existente na cidade. De acordo com moradores, o aglomerado recebe o nome em virtude da quantidade de árvores “xixazeiro” encontrada na região, cuja importância à identidade da região é marcada pela realização da primeira missa à sombra de uma delas.

De acordo com Brandão e Ramalho (1986), o povoamento da região se iniciou com a constituição de fazendas de gado, para as quais vinham trabalhar a família do proprietário e agregados. Mesmo subdivididas, as fazendas acolhiam várias famílias de um mesmo parentesco. Desta forma, havia uma centralização econômica a uma família “mor”, a do proprietário das terras.

Para Silva (2007), o fracionamento da terra não significou, à época, uma democratização ao acesso fundiário em Itapuranga, ao contrário, percebe-se uma discrepante situação, na qual a população aumentou e algumas propriedades se tornaram mais segmentadas. Em contraponto, outras se mantiveram nas mãos de poucos proprietários rurais. De acordo com Lunardi (1999), na década de 1950 surgiram várias associações de lavradores no estado de Goiás, tais como: Associação Camponesa da Juventude de Ceres, União Camponesa de Itapaci, União Camponesa de Itumbiara. Neste sentido, Itapuranga procedeu a uma organização de seus pequenos proprietários e trabalhadores rurais em alinhamento com outras mobilizações, surgidas no estado a partir das mesmas demandas sociais.

Segundo Silva (2007), a Associação dos Lavradores do Xixá surgiu em 1956 como um movimento pioneiro na região, na tentativa de construção de uma ramificação das Ligas Camponesas. Tal associação não perdurou e, a partir da década de 1960, após o golpe militar, grandes fazendeiros, comerciantes e políticos da região começaram a pressionar membros da entidade a desativá-la, o que acabou acontecendo.

Em 1972, foi criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga (STRI), mas sem muita força de atuação devido ao ambiente político da época. Novos levantes associativos em Itapuranga só constam em registros históricos a partir da década de 1980. Segundo Silva (2007), na trajetória de organizações rurais do município de Itapuranga diversas representações foram percebidas, citando-se a

seguir algumas delas.

A Sociedade da Vaca (Figura 2), criada em 1981, visava minimizar os custos de alimentação entre vizinhos, a partir da compra conjunta de bovinos e da distribuição da carne. Ainda, serviu como uma espécie de protesto ao alinhamento de preços entres os poucos comerciantes de carne da região. Segundo Silva (2007), a Sociedade da Vaca se originou de reuniões de famílias que tinham experiência com o trabalho no campo e que começaram a recordar antigas atividades que envolviam, por exemplo, ação coletiva da compra e divisão de uma vaca entre vizinhos, o que proporcionava carne mais barata às pessoas. A Sociedade da Vaca foi o ponto de partida de diversas reuniões para pensar a aquisição de gado, mas também de outros produtos, como adubo.

A Sociedade do Adubo, em 1986, assim como a Sociedade da Vaca, foi criada para angariar montantes destinados à compra de adubo junto aos agricultores e para aumentar seu poder de barganha junto a grandes distribuidoras de insumos. A quantidade adquirida compensaria o transporte do produto vindo de cidades maiores, como Goiânia e Uberlândia. Foi constatada, à época, uma economia de 20% em relação aos preços praticados no comércio local.

Ainda em 1981 foi criada a Escola Popular da Fazenda Laranjal, com a finalidade de alfabetizar homens e mulheres da região, aproveitando seus conhecimentos cotidianos e de movimentos sociais. Aquela iniciativa foi um importante instrumento de disseminação de novos paradigmas pedagógicos de educação no campo e de articulação de ações coletivas. Em 1984, o movimento, até então autônomo, foi incorporado às atividades do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga (STRI), cuja sede começou a abrigar a sala de aula antes localizada na Fazenda Laranjal (SILVA, 2007). Pode-se afirmar, assim como discutido adiante, que tais movimentos associativos representam uma forma embrionária de formação de redes. Tais ações foram fundamentais para a criação de elementos de capital social nas redes formadas posteriormente.

A COOPERAFI surgiu no bojo de um programa estruturante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de Goiás (FETAEG), denominado Programa de Reordenação da Agricultura Familiar Integrada em Cooperativas de Atividades Rurais (PRAFICAR), com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga (STRI). A cooperativa possui, atualmente, 122 cooperados e cooperadas e atua na comercialização de leite *in natura*, polpa de frutas, hortaliças, frutas, experimentos agroecológicos e comercialização de insumos.

Segundo informado pelos coordenadores da cooperativa, periodicamente são realizados encontros para resgatar a cultura da ação coletiva e instruir cooperados nesse sentido. Tal atividade se denomina Programa Mutirão PRAFICAR, fomentado também pela FETAEG.

Figura 2 - Imagem ilustrativa do movimento “Sociedade da Vaca” retirada de um panfleto entregue em uma passeata de divulgação da ação coletiva, em 1981.



Fonte: SILVA (2007, p. 143).

O SURGIMENTO DA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MISTA DOS PRODUTORES RURAIS DE SILVÂNIA – COOPERSIL

O Território Rural da Estrada de Ferro está localizado na região centro-leste do estado de Goiás e ocupa uma área total de 11.623,7 km², correspondente a aproximadamente 3% da área. Quatorze municípios⁸ compõem o território, como mostrado no mapa a seguir:

No início do século XX, as oligarquias políticas do estado de Goiás conseguiram concessão para conectar uma nova estrada de ferro à Estrada de Ferro Companhia Mogiana, dando origem à Companhia Estrada de Ferro Goiás.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2006), a instalação da Estrada de Ferro Goiás promoveu o desenvolvimento das economias locais por onde cruzava, assim como o restante do estado, que passou a integrar a economia nacional com exportação como arroz e carne bovina para o Sudeste do país. O processo de urbanização das cidades foi acelerado, o desenvolvimento do comércio estimulou o surgimento das primeiras agroindústrias do estado.

O Território Estrada de Ferro, atualmente, possui 121.411 habitantes, há predominância de estabelecimentos da agricultura familiar, 71,8% de um total de 8.623 estabelecimentos são empreendimentos familiares, ou seja, 6.190 deles. Porém, ao se calcular a área ocupada pelo número de propriedades, chega-se

⁸Os municípios que compõem o Território Rural da Estrada de Ferro são: Bonfinópolis, Bela Vista de Goiás, Caldazinha, Leopoldo de Bulhões, Cristianópolis, Gameleira de Goiás, Orizona, Palmelo, Pires do Rio, Santa Cruz de Goiás, São Miguel do Passa Quatro, Silvânia, Urutai e Vianópolis.

à consideração de que, embora a maioria das propriedades seja de agricultura familiar, estas abarcam uma fatia bem inferior de área ocupada. (MDA, 2006).

A base da economia do território é a agropecuária, com predomínio da pecuária leiteira e do plantio de lavouras temporárias de cereais, com destaque para a produção de soja, que apresenta expansão. A horticultura e a fruticultura são comumente observadas em estabelecimentos rurais de agricultura familiar, a sustentar o consumo nos centros urbanos locais. Um dos municípios em questão neste trabalho é Silvânia e, de acordo com Borges (1981), sua história começa em aproximadamente 1770, quando foram descobertas jazidas de ouro na região, desencadeando pelo menos cinquenta anos de exploração de minérios, que acabou devido ao esgotamento natural das minas, tornando escassa a mão de obra (escrava).

Ao perder talesteio econômico, foi iniciada uma nova ocupação e aproveitamento do solo no município, tendo por base a pecuária extensiva promovida por grandes proprietários. No século XX, foram registradas novas pequenas e médias propriedades, resultantes de espólios ou que foram compradas por agricultores de outros estados que migraram para a região. Na atualidade, a propriedade da terra está concentrada nas mãos de grandes produtores, sendo 48,3% da área ocupada por explorações rurais superiores a quinhentos hectares e apenas 4,8% por produtores que possuem menos de 50 hectares (SPERRY *et al.*, 1997).

O ponto de partida para a formação de uma cooperativa de produtores no município de Silvânia se deu a partir do estímulo da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás (EMATER-GO) e do Projeto Silvânia, realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Tais empresas, em termos estratégicos, consolidaram o desenvolvimento das associações rurais na região.

Existiu em Silvânia, inicialmente, um movimento “de fora pra dentro”, ou seja, uma ação institucional a organizar as associações (criação de pessoas jurídicas) para buscar apoio em subsídios governamentais. O Projeto Silvânia foi instituído em 1987 e previa a promoção do desenvolvimento rural mediante a criação de dispositivos de intervenção que favoreciam a utilização de inovações tecnológicas por pequenos e médios produtores da região, que deveriam se organizar em associações. O projeto buscou aumentar a interação com os produtores a partir da realimentação de diálogos e de demonstrações técnicas diretamente aplicadas em suas produções (ZORBY *et al.*, 2003). De forma objetiva, as associações foram criadas para proporcionar o acesso ao crédito rural, no entanto, não contavam com uma estrutura harmônica bem definida e somente com o passar do tempo os agricultores se familiarizaram com objetivos e competências de uma associação de produtores.

Dentre os fatores que impulsionaram a formação de associações em Silvânia

pode-se citar o acesso à tecnologia, a partir do amparo no Projeto Silvânia, que proporcionou a elaboração de projetos de financiamento e promoveu capacitação e formação dos agricultores; o apoio do projeto político local pelo poder público municipal e do Estado de Goiás; e a existência do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), que convergiu interesses técnicos, políticos e econômicos (BONNAL; ZORBY, 1994).

Em 1991, foi instituída a Central de Associações de produtores rurais, com a finalidade de apoiar as associações, aumentando seu poder de barganha e, conseqüentemente, o valor agregado das produções. Isso significa dizer que a Central assumiu o papel de líder e centro das discussões, encurtando alguns caminhos e assumindo parte de funções antes desempenhadas por agentes estatais no estímulo, organização e assistência técnica.

Em 2007, surgiu a Cooperativa Agropecuária Mista dos Produtores Rurais de Silvânia (COOPERSIL), ampliando os segmentos de atuação para além da Central de Associações de pequenos produtores (que não deixou de existir), atualmente, a cooperativa possui 496 produtores filiados.

De acordo com o Estatuto da COOPERSIL de 2007, ela tem como objetivo congregiar produtores com finalidades comuns, perfazendo as seguintes atividades: recebimento, transporte, classificação, padronização, armazenamento, beneficiamento, industrialização, embalagem e comercialização da produção de seus cooperados; adquirir e repassar máquinas, insumos e equipamentos e prestar assistência técnica; quando possível, fazer adiantamentos de valores aos cooperados, ainda que estejam em fase de produção; captar financiamento junto a agências de desenvolvimento; realizar cursos de capacitação sobre associativismo aos seus cooperados, bem como promover atividades quanto à conservação do meio ambiente.

De acordo com os dirigentes da cooperativa, atualmente percebe-se cinco segmentos de atuação: o primeiro é o leiteiro, amparado por um laticínio e por caminhões de coleta da própria cooperativa; o segundo ramo é o financeiro/creditício, que funciona a partir da Cooperativa de Crédito Rural da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Silvânia - GO (CREDITAG-Silvânia), que tem como objetivo facilitar o crédito ao produtor rural junto aos órgãos financiadores.

O terceiro segmento diz respeito à comercialização de produtos agropecuários e veterinários e utilidades para a gestão rural – para este último a COOPERSIL dispõe de uma loja que atende aos cooperados –; o quarto ramo de atuação é o de fabricação de rações para suplemento alimentar animal. O quinto ramo de atividades é o de produtos orgânicos, que já conta com 42 produtores certificados, produzindo verduras e legumes orgânicos e revendendo sua produção a uma rede de supermercados em Goiânia e Brasília e também entregue ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Figura 3 - Selo utilizado nas embalagens dos produtos orgânicos nos supermercados.



Fonte: Imagens fornecidas pelos dirigentes da cooperativa (2014).

A COOPERAFI e a rede formada em Itapuranga-GO

Durante a pesquisa de campo, bem como na análise exploratória e documental no município de Itapuranga, foi possível perceber que o movimento que deu origem à COOPERAFI aponta para a estruturação de uma Rede Centralizada, como sugerido por Baran (1964). De acordo com o observado, existe uma condição diferenciada de um ator (a cooperativa) a coordenar as ações de unidades individuais (produtores rurais cooperados), pois as informações, e por elas entenda-se também o comando, ocorrem a partir de um centro, representado pela cooperativa. A seguir a demonstração a partir do diagrama de rede⁹.

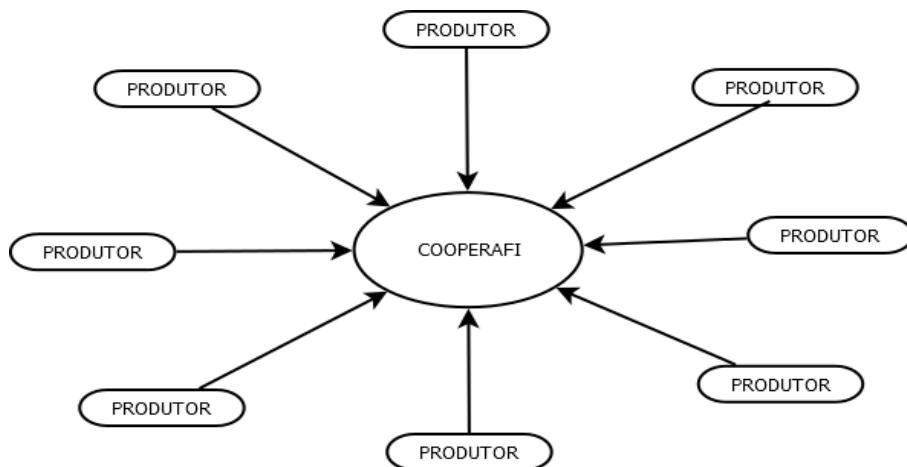
Essa estrutura de rede indica um cenário no qual os indivíduos são parte de uma organização e existe uma interdependência de objetivos. Por certo, a articulação depende da vontade dos participantes em rede, no entanto, existe uma centralidade de comando.

Essa estruturação deriva das primeiras ligações entre os produtores na década de 1950, via movimento camponês, sindicalização ou experiências associativas alternativas, nos anos 1980. A figura da cooperativa enquanto organização perene deu forma, representatividade e tornou o grupo de produtores mais coeso em relação aos objetivos comuns a partir de sua constituição, em 1998. A estrutura, neste caso, conferiu mais dinâmica às ações isoladas de pequenos grupos que, sem

⁹ Para a elaboração/desenho das redes deste trabalho foi utilizado o *software* DIA, que permite plotar diagramas estruturados.

o ponto de comando, não se desconectavam. Como exemplo tem-se “A Sociedade da Vaca” e a “Sociedade do Adubo”, que atenderam determinadas demandas e foram desfeitas. A cooperativa surge como uma organização permanente e necessariamente centralizadora das ações coletivas.

Figura 4 - Diagrama de rede – COOPERAFI



Fonte: Elaborado pelos autores (2014).

Cumpra a análise discutir a tipologia da rede quanto ao foco de atuação. De acordo com Marin (2013), a Cooperativa de Agricultura Familiar de Itapuranga (COOPERAFI) pode ser caracterizada como cooperativa agrícola, constituída pela associação voluntária e autônoma de agricultores familiares do município de Itapuranga, com o propósito de satisfazer aspirações coletivas econômicas, sociais e culturais de seus cooperados.

As diversas necessidades dos produtores tornaram a cooperativa um ponto de encontro para organizações iniciais em busca dos mesmos objetivos. Neste sentido, as diversas demandas e carências – assistência técnica, educação, eventos culturais, etc. – fazem com que o produtor busque a cooperativa para encontrar opções de melhoria.

O produtor (cooperado) tem a esperança, neste caso, da indicação de caminhos por parte da cooperativa, o que necessariamente provém de um cenário de sucessos em movimentos associativos anteriores à cooperativa. Como já discutido, no município foi estabelecida uma identidade social de reciprocidade e pertencimento, ou seja, primeiro a participação e adesão à cooperativa, se assumindo como integrante de um grupo com raízes e experiências que o define,

e, em segundo, a consecução das vantagens dessa adesão.

De acordo com a perspectiva de Inojosa (1999), que tipifica a rede social quanto ao foco de atuação, a rede encontrada em Itapuranga (e visualizada na experiência da COOPERAFI) pode ser considerada uma Rede de Compromisso Social, pois tem, em sua essência, o foco em questões sociais historicamente observadas na localidade.

Assim, percebe-se um ideal que fomenta a articulação de seus membros, uma vez que a existência da cooperativa serve à resolução de problemas sociais complexos, cuja complexidade está justamente na incapacidade individual de resolução. Dessa forma, os resultados obtidos pela cooperativa (melhoria de renda e condições de trabalho dos cooperados, por exemplo) são o produto do compartilhamento do problema.

Ademais, nota-se, em Itapuranga, uma ideia comum: os problemas são postos, mas as soluções não são imediatas, dada a dificuldade histórica de resolução. Existe, então, um movimento gradual na busca de melhorias para os produtores rurais. Resta, dessa sorte, a sensação de processo inacabado, que realimenta novas ações coletivas.

Neste sentido, a proposta da existência da rede está na complementação de ações estatais a resolver problemas sociais reconhecidamente complexos, tais como: distribuição de renda, qualidade de vida, segurança alimentar, dentre outros. A relação entre os produtores rurais de Itapuranga é nutrida pelo sentimento comum da busca de melhoria de condições à produção agrícola, a partir do reconhecimento de um histórico de segregação desses produtores.

Desse modo, a ação solidária acaba por se tornar o fio condutor das atividades da cooperativa e o capital social acumulado conduziu a esse foco de ação da rede, que aponta para um cooperado engajado politicamente, gerando estratégias de mobilização perenes em busca dos objetivos socialmente desejáveis, que podem não ser representados em apenas uma ação específica, mas no conjunto de intenções já interiorizadas por esses integrantes.

Um exemplo desse engajamento são as reuniões sistemáticas da cooperativa no âmbito do movimento PRAFICAR, que servem como uma espécie de “curso de cooperativismo”. Nesse ambiente são analisados os problemas que assolam os produtores rurais e pensadas possíveis soluções na proposta da cooperação.

Esse perfil acaba sendo demonstrado nos empreendimentos da cooperativa. Durante a coleta de dados, foi possível verificar que todas as ações envolvem esse caráter coletivo de realização e de compromisso social, a exemplo: a Feira do Produtor Rural, que sugere a criação de um espaço exclusivo ao agricultor familiar, reduzindo os custos e travamentos de uma inserção no mercado comum. A feira congrega esforços entre os agricultores, como o compartilhamento do frete

dos produtos para o local de comercialização – a praça central da cidade.

Os demais empreendimentos da cooperativa envolvem, em maior ou menor grau, algum tipo de contrapartida social ou ambiental – como o Projeto Fruticultura Sustentável no Cerrado – ou mesmo a realização de mutirões de educação cooperativa promovidos em parceria com sindicatos ou confederações de trabalhadores rurais para atrair novos cooperados.

Ao realizar a pesquisa de campo junto aos agricultores ou ao entrevistar dirigentes da cooperativa, foi verificada a existência de um ambiente a caracterizar o foco de ação. O discurso dos produtores, bem como dos dirigentes da cooperativa, alinha-se a essa identidade formada, na qual o cooperado se envolve com o desempenho de projetos já postos e a manutenção de uma espécie de “luta” pela melhoria das condições de vida de seus pares.

Há de se salientar que, durante a acolhida na cooperativa, uma das cooperadas presente na sede se prontificou a indicar os trajetos de acesso às propriedades rurais. Nos roteiros, comentava os projetos e apontava as propriedades rurais de quem fora beneficiado: “Esse aqui é da fruticultura [...], esse está no projeto da Petrobrás, [...], olha o caminhão que coleta o leite da cooperativa aí”.

Essas frases foram marcantes, pois foi possível perceber certo orgulho das ações realizadas pela COOPERAFI, ou mesmo um reconhecimento de que sem elas a situação, que ainda não é a ideal, estaria pior. Neste mesmo direcionamento tem-se a afirmação de um cooperado, que produzia legumes e fabricava queijos: “O dinheiro é pouco, né? Mas fazer o quê? E outra: sem ajuda da cooperativa para comprar minhas vaquinhas, estava pior”.

Ele fazia alusão ao acesso ao PRONAF, que gerou recursos para a compra de bovinos de leite. Em uma mesma frase, reuniu uma crítica ao programa e o reconhecimento do estímulo da cooperativa para acessar o crédito. Isso demonstra, também, uma característica da Rede de Compromisso Social, pois o problema existe: poucos recursos e, de certa forma, a percepção do compromisso pela mudança da situação, que se dá por meio da ação coletiva.

Uma demonstração do sentimento de pertencimento acontece quando, durante a pesquisa, um agricultor fez questão de mostrar as bananas e os mamões produzidos em sua propriedade a partir de utilização de técnicas agroecológicas repassadas no projeto de fruticultura sustentável. É preciso frisar que, no momento da entrevista, ele estava utilizando a camiseta promocional do projeto. Em sua fala, afirma: “Olha o tamanho, todas produzidas a partir do que foi ensinado. E sem agrotóxico!”.

No período de aplicação dos questionários, em dois estabelecimentos pesquisados havia uma movimentação para a realização de uma festa de temática junina, apesar de já ser meados do mês de julho. Justificaram que era um evento

tradicional da cooperativa e que, mesmo em atraso, precisava ser realizado. Há de ser salientado que, durante o evento, o animador repetia em um amplificador de voz: “COOPERAFI! A força da agricultura familiar!”.

Na mesma oportunidade, foi verificado que os preços das quitandas e bebidas vendidos durante o festejo perfaziam apenas o custo dos produtos, por exemplo: latas de refrigerante ou cerveja sendo comercializadas a R\$ 1,50 (a referência de mercado à época estava entre R\$ 2,50 e R\$ 3,00). Quando indagados sobre como conseguiam vender a um valor tão baixo, a senhora que estava no balcão respondeu: “A festa é para nós mesmos, a gente vende sem lucro, ué!”.

Os relatos e depoimentos indicam a característica peculiar da rede social formada. Para além da comercialização e do incentivo à produção existe uma reciprocidade, oriunda do compromisso social firmado ao se inscrever como cooperado. O sentimento de pertencimento é percebido no empenho por projetos de sustentabilidade ou, ainda, na realização de congregações, como eventos culturais, e na realimentação da imagem da ação coletiva.

A Rede de Compromisso Social revelada entre os integrantes da COOPERAFI caracterizou-se, assim, pela percepção do compromisso e da ciência de que os interesses pessoais e coletivos são indissociáveis. A evolução desse tipo de rede estabelecerá diferentes maneiras de se manter os ideais, as pessoas absorveram e realimentam o “contrato social” de ajuda mútua.

COOPERSIL E A REDE FORMADA EM SILVÂNIA-GO

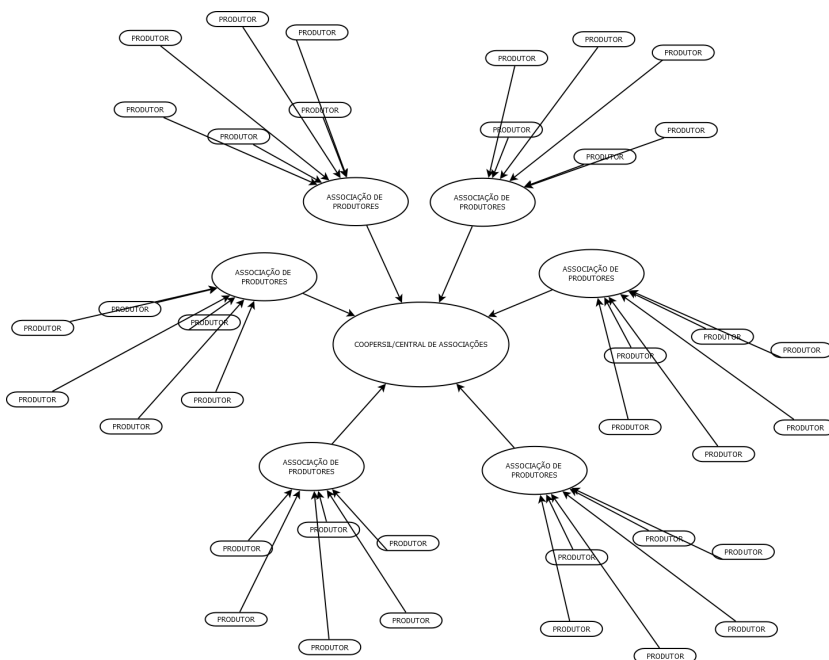
Ao analisar a estrutura e os direcionamentos de atuação da rede formada pelos produtores rurais (Figura 5) no município de Silvânia, foi detectado um cenário diverso da experiência em Itapuranga. A pesquisa exploratória já oferecia indícios da estruturação do tipo Rede Descentralizada, efetivamente confirmada por nela existirem camadas intermediárias de contato entre um ator central e os demais atores na rede. Essas camadas são as associações de produtores rurais que, por sua vez, se ligam à Central de Associações/Cooperativa. Essa formação é típica de projetos governamentais, que conduzem a representações locais para promoção de uma política pública, ou seja, de forma operacional, os produtores se reportam a um ator intermediário (associação de produtores) que representa o ator individual (produtor) junto ao ator que está no centro (COOPERSIL).

A estrutura da rede foi derivada da proposta de apoio produtivo promovida pela EMBRAPA. O Projeto Silvânia congregou os agricultores em pequenas associações (pessoas jurídicas), a receber auxílio ao projeto de financiamento produtivo e assistênciatécnica. Nestecaso, os indivíduos encontram-se articulados sob a proteção de uma organização central, que dá persistência à mobilização das associações.

A Central de Associações responde por essa força concentradora de ações; a cooperativa só surge concomitantemente, no centro dessa organização, como suplemento às ações da central, pois, ao se tornar cooperativa, existe a possibilidade de comercialização de produtos em nome dos cooperados, bem como a constituição de uma marca que identifique tais produtos.

A título de exemplo, vale relatar que, durante a aplicação dos questionários da pesquisa, ao indagar os produtores sobre a participação em algum tipo de movimento social, todos, indistintamente, afirmaram em primeiro lugar, a participação em uma associação local de produtores, a ponto de serem identificados como tal. Para exemplificar: Senhor José, da Associação João de Deus. Esse fato revela uma percepção diferente de estrutura em rede, pois eles são discriminados por associações, o que representa um nível a mais entre a cooperativa e o produtor.

Figura 5 - Diagrama de rede – COOPERSIL.



Fonte: Elaborado pelos autores (2014).

Quanto ao foco de ação da rede, diante das observações chega-se à conclusão de que a rede pode ser caracterizada como Rede de Mercado, surgindo sob o objetivo do financiamento agrícola proporcionado pelo Fundo Constitucional do

Centro-Oeste (FCO). Além das necessidades dos pequenos produtores da região há um propósito claro, que é o da articulação da rede em função da produção inicialmente gerada pelo crédito.

A criação da COOPERSIL tem propósitos claros, inclusive citados no estatuto social da entidade, que visam a complementação ou a aglutinação de parceiros face ao mercado. Uma condição fundamental nesse tipo de rede é a subordinação a um ator centralizador, que dispõe regras claras à participação. As relações sociais são balizadas pelos interesses do mercado, podendo variar entre cooperação e competição entre os indivíduos subordinados.

A Cooperativa em Silvânia, para além de sua caracterização na produção familiar, adota uma forma de organização tipicamente empresarial (o que não anula a primeira característica). Esse formato surge do anseio inicial por produção, pois, majoritariamente, o que existia eram produtores rurais tradicionais desabastecidos tecnicamente, contracenando com grandes produtores que migraram para a região.

Essa lógica de apropriação de terras e o *modus* de vida ocasionado pela presença do agronegócio na região cria valores ligados ao padrão de produção econômica observado. Essa herança histórica de relacionamento econômico produtivista entre grandes e pequenos agricultores da região influencia o que se considera como atribuições básicas da COOPERSIL (definidas em estatuto), que se propõe a criar/buscar canais de comercialização e oferecer facilidades aos cooperados que objetivam a inserção no grande mercado, a exemplo do oferecimento de crédito, da loja agropecuária e da produção com marca própria.

Em entrevista concedida pelo vice-presidente da cooperativa este afirmou existirem 39 produtores já certificados pelo Instituto Biodinâmico para o Desenvolvimento Rural (IBD), um dos mais renomados institutos de certificação do Brasil, segundo ele. Contou que, temporariamente, comercializavam orgânicos na rede Pão de Açúcar do Distrito Federal, mas logo, com aprimoramentos na logística, alcançariam outras cidades.

Ainda de acordo com o Presidente da COOPERSIL, a demanda dos produtores fomenta linhas estratégicas de atuação da cooperativa na atualidade e conduz à realização de cursos de formação e articulação de novos canais de comercialização a partir de grupos de interesse, como: Grupo de Interesse do Leite, Grupo de Interesse do Maracujá e outros.

Ao iniciar a pesquisa de campo em Silvânia, para acompanhamento e indicação dos estabelecimentos rurais a serem visitados, o presidente da cooperativa designou uma funcionária da sede, diferentemente de Itapuranga, foram os próprios cooperados auxiliaram na pesquisa. A funcionária da COOPERSIL só poderia acompanhar a pesquisa em horário comercial compatível ao seu expediente na

central de administração da instituição. Em contraponto, em Itapuranga, houve aplicação de questionários inclusive após o entardecer.

Não se menciona aqui falta de presteza da pessoa que acompanhou a pesquisa em Silvânia, apenas se explica que havia limites instituídos para sua realização, moldados pelo horário de operação comercial da cooperativa. Assim se dava toda a organização da COOPERSIL, que previa funções e regras claras aos colaboradores da loja agropecuária da administração central.

Tal fato é interessante, pois, ao se observar os detalhes sistêmicos de cada rede encontra-se sua essência. A rede encontrada em Silvânia demonstra aproximação com o tipo Rede de Mercado, pois seus atores se articulam para a produção ou apropriação de bens e serviços. No caso da cooperativa, precisa-se dos produtos gerados pelos cooperados, que, por sua vez, precisam do serviço de atravessamento da entidade, pois, do contrário, não conseguem comercializar.

A realimentação desse sistema fica explícita no depoimento de uma cooperada ao se questionar a segurança alimentar dos beneficiários. Foi perguntado se havia algum receio em relação à falta de alimentos no domicílio, e ela afirmou, espontaneamente: “Não, não, confio em minha cooperativa, não tenho medo porque sei que eles não vão me deixar na mão”. Ao ser indagada sobre o porquê dessa certeza da assistência da cooperativa, explicou: “já vendi muita coisa daqui com ajuda deles: mandioca, milho”.

Revela-se, assim, que, mesmo em se tratando de uma situação extrema, como a falta de alimentos, não se espera proteção ou qualquer tipo de doação por parte da cooperativa. No entanto, deseja-se que ela apenas cumpra seu papel de conseguir canais de escoamento para a produção. Tal fato remete à essencialidade da Rede de Mercado, que reside na realização das expectativas de comercialização dos produtos oriundos das propriedades rurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscou-se tecer uma análise sobre as relações entre indivíduos e as ações no interior das organizações sociais. Em um esforço para enfocar praticidade e operacionalidade na aplicação do conceito de capital social, identificam-se os pilares de produção e reprodução do capital social, revisitados na pesquisa empírica deste estudo. São eles: a formação de redes sociais; a confiança revelada; a reciprocidade entre os indivíduos; os valores coletivos e as normas compartilhadas.

A utilização do conceito de redes teve como propósito compreender as relações entre indivíduos e/ou organizações, buscando-se, neste caso, o entendimento da forma como os indivíduos se conectam e o funcionamento das relações que estabelecem.

A partir dos resultados percebeu-se que em Itapuranga, o enlace histórico, bem como as condições sociais, culminara na criação da Cooperativa dos Agricultores Familiares de Itapuranga (COOPERAFI), que se estruturou sob uma rede centralizada. Quanto ao foco de ação, a rede foi considerada como uma Rede de Compromisso Social, pois tem como fio condutor de suas ações questões sociais ou segregações de agricultores familiares ao longo da história.

Em Silvânia, a rede social foi estruturada sob o tipo descentralizada, quando existem camadas intermediárias de contato entre um ator central. Neste caso, as camadas são as associações de agricultores que se conectam à Central de Associações/Cooperativa. Quanto ao foco de ação, a rede foi tipificada como Rede de Mercado, uma vez que para além de sua caracterização na produção familiar, adota uma forma de organização tipicamente empresarial.

Os elementos de capital social, como exemplo: a herança histórica, social e política, bem como, os laços de confiança, reciprocidade e amizade, fomentaram perfis diferenciados de atores sociais tanto em relação ao seu envolvimento com o arranjo institucional (cooperativa) quanto na formação, estruturação e tipologia das redes analisadas. Os resultados consubstanciados em Silvânia e Itapuranga dão norte à conclusão de que as redes foram afetadas pelas características dos atores e pela qualidade de seus relacionamentos, assim como discutido ao longo do trabalho.

REFERÊNCIAS

BARAN, P. **Introduction to distributed communications networks**, RM-3420-PR. August 1964.

BONNAL, P.; ZOBY, J. L. F. **Pesquisa-desenvolvimento e sustentabilidade nos cerrados**: caso do projeto Silvânia. Seminário Procritopicos, Brasília – DF, 1994.

BOURDIEU, P. O capital social: notas provisórias. In: CATANI, A.; NOGUEIRA, M. A. (Org.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRANDÃO, C. R.; RAMALHO, J. R. **Campesinato Goiano**. Goiânia: UFG, 1986.

COLEMAN, J. Social capital in the creation of human capital. **The American Journal of Sociology**, 94 (Supplement), 1988.

FIALHO, J. et al. Aspectos teóricos da análise de redes sociais. In: FIALHO, J. et

al. (Coord.). **Iniciação à análise de redes sociais**. Casal de Cambra: Ed. Caleidoscópio, 2013.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, v. 91, issue 3, 1985.

_____. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, v. 78, 1973. Disponível em: <http://www.stanford.edu/dept/soc/people/mgranovetter/>. Acesso em: 8 dez. 2013.

INOJOSA, R. M. Redes de compromisso social. **Revista de Administração Pública**, v. 33, n. 5, 1999.

KLIKSBERG, B. Capital social y cultura: claves esenciales del desarrollo. **Revista de la CEPAL**, Santiago de Chile, n. 69, 1999.

LUNARDI, V. L. **As organizações dos trabalhadores rurais (sindicato, associação, cooperativas) e a agricultura familiar – uma reflexão sobre Goiás**. 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

MARIN, J.O.B., A transição agroecológica na cooperativa de agricultura familiar de Itapuranga (COOPERAFI), Goiás In: **Experiências interdisciplinares para a construção de conhecimentos solidários**. Dourados : Ed. UFGD, 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Plano de Desenvolvimento Sustentável Vale / Rio Vermelho**. 2006. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio067.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Território Estrada de Ferro - Goiás**. 2006. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/biblioteca_virtual/ptdrs/ptdrs_territorio046.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2013.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SCHMITT, C. J. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 27, mai./ago.

2011.

SILVA, V. M. **Trabalhadores(as) rurais em Itapuranga (re)invenção no cotidiano de suas experiências de luta - 1956-1990**. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, UnB, Brasília, 2007.

SPERRY, S. et al. **A organização dos pequenos agricultores de Silvânia - GO: origem, estrutura e impactos sociais**. Brasília: EMBRAPA-CPAC; Documentos, 1997.

ZORBY, J. L. F. et al. **Transferência de tecnologia, agricultura familiar e desenvolvimento local: a experiência do Projeto Silvânia**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2003.